

Educar para a empregabilidade: desafio ou obrigação?

Education for employability:
challenge or obligation?

Joselaine Andréia de Godoy Stênico

Universidade Estadual Paulista

[e-mail: josi@rc.unesp.br](mailto:josi@rc.unesp.br)

Joyce Mary Adam de Paula e Silva

Universidade Estadual Paulista

[e-mail: joyce@rc.unesp.br](mailto:joyce@rc.unesp.br)

Resumo

Este artigo analisa documentos internacionais que expressam diretrizes para a educação no mundo elaborada pela Comissão Econômica para a América Latina, Banco Interamericano de Desenvolvimento e Organização das Nações Unidas, em seguida, analisa documentos nacionais brasileiros que guardam em seu bojo interesses do capital transnacional estabelecendo um diálogo com a cultura do novo capitalismo. A investigação assumiu uma abordagem qualitativa, norteadas pelas pesquisas documental e bibliográfica. O mapeamento dos documentos, mediado pela análise possibilitada pela base teórica, permitiu identificar que as políticas educacionais brasileiras têm seguido as diretrizes de instituições internacionais de modo a atender demandas de competitividade presentes na sociedade globalizada, no sentido de alinhar a economia e a educação em prol dos objetivos da produtividade, corroborando com o contexto e a fomentação do capitalismo. Essa tentativa de estabelecer balizas da educação brasileira realinha a educação nos moldes da cultura do novo capitalismo, onde o processo educativo, concebido nos seus diversos níveis, constitui campo estratégico, uma vez que permite alinhar a sociedade às exigências econômicas, expondo os mecanismos pelos quais a educação se revela importante no capitalismo. O desafio está na construção de um sistema educacional sólido, mais integrado com o sistema produtivo e com a consciência crítica do cidadão.

Palavras-chave: Educação e Trabalho. Políticas Educacionais. Reforma Educacional. Competências.

Abstract

This paper analyzes international documents that express guidelines for education in the world prepared by the Economic Commission for Latin America, Inter-American Development Bank and the United Nations, and then analyzes Brazilian national documents that guard documents in its core interests of transnational capital by establishing a dialogue with the culture of the new capitalism. The investigation is a qualitative approach, guided by the documentary and bibliographic investigation. The mapping of documents, mediated by the analysis made possible by the theoretical basis, identified that the Brazilian educational policies have followed the guidelines of international institutions to meet the demands of competitiveness in the present globalized society, in order to align the economy and education pro-productivity goals, supporting and fostering the context of capitalism. This attempt to establish beacons of Brazilian education realigns education along the lines of the culture of the new capitalism, where the education process designed at different levels is a strategic field, as it allows the society to align economic demands, exposing the mechanisms by which education is of importance to capitalism. The challenge lies in building a solid educational system more integrated with the production system and the critical consciousness of the citizen.

Keywords: Education and manpower. Educational Policies. Educational Reform. Skills.

Introdução

A Revolução Industrial iniciada no século XVIII deixou o mundo pequeno. A máquina movida a vapor substituiu muito dos trabalhos que anteriormente eram realizados à mão. A razão e a ciência pareciam avançar a passos largos no caminho de tirar a humanidade do atraso econômico e, inseri-la na era do desenvolvimento.

O carvão, o petróleo, a eletricidade, os robôs, os computadores, os softwares e as invenções, são alguns dos exemplos que acompanharam o desenvolvimento industrial. As transformações econômica, social e cultural ocasionadas por esse avanço culminaram na Terceira Revolução Industrial.

Esse novo processo teve início no pós-Segunda Guerra Mundial e se intensificou a partir da década de 1970, vindo até os dias de hoje, marcado pela disseminação de diversas tecnologias, especialmente: telecomunicações e informática (MOREIRA e SENE, 2009).

A Revolução Técnico-Científica foi responsável pelo crescente aumento da produtividade econômica e pela aceleração dos fluxos de capitais, de mercadorias, de informações e de pessoas, movido pelo conhecimento, onde a inovação deveria ser estimulada de forma mais aguda.

Desde então, mudanças substanciais vêm ocorrendo, em particular, a pressão competitiva, ambientes cada vez mais complexos tecnologicamente, o conceito de aperfeiçoamento contínuo e a exigência de perfis profissionais modernos e qualificados que fomentam os processos de inovação e competitividade.

Nesse contexto, as progressivas transformações econômicas impulsionadas por esses novos parâmetros vêm produzindo grandes impactos no processo produtivo, estimulando reformas que se têm empreendido no campo educacional em forma de políticas governamentais.

Considerando as novas exigências do paradigma tecnológico, esta pesquisa se fundamenta no debate que se faz em torno da otimização dos processos produtivos, para o qual o trabalhador tem que responder com algum grau de tratamento e análise, daí decorre o processo de qualificação profissional.

Além disso, conjectura-se também, a forte influência do movimento da reestruturação produtiva e das inovações tecnológicas como elementos essenciais para o aumento na demanda de profissionais qualificados.

De modo particular, este artigo dedica-se a analisar as políticas educacionais definidas ou estruturadas por organismos econômicos internacionais que se respaldam a partir da lógica vigente no mundo dos negócios, moldando o processo de formação humana a partir de conceitos mercadológicos.

Para tanto, utilizou-se de documentos internacionais elaborados pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Organização das Nações Unidas (ONU) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

No âmbito nacional, analisou-se o Plano Decenal de educação para todos 1993/2003, Educação para todos: Avaliação da década (2000) e Plano Nacional de Educação 2011/2020.

Além disso, este artigo empenha-se em refletir e discutir como as novas práticas econômicas moldam os valores sociais, bem como orientam jovens a descobrir suas capacidades potenciais condizentes com a cultura do novo capitalismo, traduzindo talento em valor econômico.

Aspectos Metodológicos

Para atingir os objetivos propostos, realizou-se uma pesquisa no contexto da abordagem Qualitativa norteado pelas Pesquisas Bibliográfica e Documental.

Rampazzo (2002) explica que a Pesquisa Qualitativa busca estudar um fenômeno em particular com o objetivo de compreendê-lo e não o explicar, desse modo, é possível conseguir um significado mais profundo, concebido como um empreendimento mais abrangente e multidimensional.

O autor afirma ainda que o rigor da Pesquisa Qualitativa não está na precisão numérica, mas sim em fenômenos que não podem ser estudados

quantitativamente, por se tratarem de dimensões pessoais.

No que se refere à Pesquisa Bibliográfica, Reis (2008, p. 51) afirma que se trata de uma técnica que auxilia a revisão da literatura, permitindo “(...)conhecer e compreender melhor os elementos teóricos que fundamentarão a análise do tema e do objeto de estudos escolhidos”.

A autora assevera que esse tipo de metodologia possui função de auxiliar no esclarecimento de conceitos que vão definir a pesquisa, bem como elaborar o desenvolvimento do tema, evitando caminhos já percorridos de modo a explorar aspectos não abordados.

Desse modo, portanto, a técnica utilizada na Pesquisa Bibliográfica foi a leitura analítica, sistemática e crítica dos textos selecionados.

No que se refere à Pesquisa Documental, Reis (2008) explica que essa metodologia investiga e explica um determinado problema a partir de fatos históricos relatados em documentos dos quais não receberam nenhum tratamento científico.

Sendo assim, a técnica utilizada na coleta dos dados foi a de localizar e levantar fontes capazes de possibilitar reflexões e debates. Os principais acervos são documentos e relatórios de cunho nacional e internacional.

Vale ressaltar que inicialmente organizamos os documentos utilizando o software livre chamado “Mendeley”, trata-se de um sistema disponível para o Windows que permite realizar o gerenciamento de documentos, extraíndo os metadados dos documentos e construindo um índice textual.

Esse software permite organizar os manuscritos por título, autor, data, palavras-chave e notas realizadas por quem gerencia o programa. Para o armazenamento dos documentos nesse software, realizamos leitura atenta, identificando e realçando os segmentos mais importantes.

Utilizando desse recurso tecnológico, tivemos disponível uma base de dados pronta para ser consultada. Finalizada esta etapa, buscou-se o questionamento desse processo inicial para que a etapa posterior se concretizasse.

Para tanto, refletiu-se sobre as ações realizadas de modo a detectar falhas na direção de “desvendar” o objeto de estudo. O produto dessa etapa,

tornou-se base para orientação da análise documental.

De acordo com Lüdke e André (1986, p. 38), “a análise documental pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos (...) desvelando aspectos novos de um tema ou problema”.

Desse modo, portanto, esses procedimentos iniciais, determinados pelos propósitos específicos do estudo foram os alicerces para as coletas de dados. A análise desses dados foi baseada a partir da “metodologia de análise de conteúdo” proposto por Lüdke e André (1986).

Esse método permite investigar o conteúdo simbólico das mensagens, utilizando não apenas o conhecimento formal e lógico, mas também de conhecimento experiencial.

Nessa fase, realizou-se o aprofundamento da revisão teórica de modo a relacionar as descobertas feitas durante o estudo com a literatura. No decorrer de todo o processo, houve preocupação em manter estreita ligação entre teoria e método.

Essa relação foi construída ao longo do percurso da pesquisa, em uma constante atitude de busca e tentativa de descoberta de conhecimentos, de modo que o conteúdo fosse ampliado de maneira crítica, possibilitando análises de acontecimentos atuais no que concerne à temática educação e trabalho.

Vale ressaltar que fundamentar metodologicamente esta pesquisa por meio da análise documental, significa a possibilidade de compreender os processos sociais, identificando discursos e ideologias expressos em relatórios que orientam a educação nacional, além disso, permite descobrir lacunas e barreiras correspondentes.

Educação como Estratégia para o Desenvolvimento Econômico

Atualmente, o discurso da lógica das relações econômicas no mundo contemporâneo, especialmente no que diz respeito ao grande capital e seu domínio, assumem que a educação é análoga ao conhecimento.

O desenvolvimento do conhecimento, por sua vez, implica na capacidade de inovar-se, apresentando-se como possibilidade de mudança profunda e permanente, e, portanto, educação e inovação, estariam relacionadas às principais transformações da sociedade.

Desse modo, no discurso neoliberal, a inovação é, pois, uma das exigências prioritárias na direção de se construir a sociedade contemporânea que cada vez mais exige respostas arrojadas aos diferentes e complexos problemas da atualidade. Cabe, em particular, à educação um papel fundamental no que diz respeito a atender essa demanda.

Nessa perspectiva, Silva (2007) afirma que o conhecimento e a inovação passaram a ser vistos como forças importantes de sobrevivência e de aquisição de vantagens competitivas.

Um exemplo da relação “educação e inovação” pode ser encontrada na proposta intitulada “Transformación productiva con equidad” elaborada pela CEPAL (1990), na qual a educação e o conhecimento são parceiros para condicionar o desenvolvimento econômico dos países da América Latina e Caribe.

Esse documento, de modo geral, trata das deficiências na área de educação e do conhecimento que comprometem possíveis avanços econômicos e a difusão do progresso técnico.

Nesse sentido, CEPAL (1990) esboça diretrizes para ações no âmbito das políticas públicas de forma a favorecer articulações entre educação, conhecimento e desenvolvimento na América Latina e Caribe.

Tradicionalmente, a América Latina ainda depende de bens primários para sobreviver economicamente, a ideia da CEPAL, portanto, é orientar os países a investir em mais educação para desenvolver setores industriais, setores de tecnologia e serviços, favorecendo a competição no mercado internacional.

Sendo assim, seria necessário criar condições educacionais de modo a disseminar valores ligados a um tipo de cidadania moderna, em que a capacitação e as habilidades seriam essenciais para a competitividade internacional que é baseada no progresso técnico.

Em outras palavras, as estratégias da CEPAL foram respaldadas em torno da articulação da cidadania, competitividade, equidade e eficiência. Ora, tal documento não induz o uso do conhecimento para incentivar e potencializar a inovação competitiva?

Desse modo, portanto, o documento elaborado pela CEPAL (1990) traduz em uma ideia mais pragmática que inevitavelmente se estende para o campo educacional e, então, sinaliza para uma educação flexível.

Este tipo de educação é aquele que não prepara apenas para conteúdos teóricos, mas também para competências em comunicação, habilidades de participação e alunos com condições de preparo para o trabalho.

Em outras palavras, trata-se de uma educação voltada para o ensino de aptidões modernas relacionadas à questão prática que o mercado de trabalho exige, e não apenas o conhecimento teórico.

A ideia de uma educação pragmática que seja condizente com o mundo moderno, também pode ser encontrada nos relatórios do BID (2000 e 2012). De modo geral, esses documentos resumem os objetivos e estratégias para orientar essa organização no apoio à educação.

Além disso, os documentos do BID (2000 e 2012) demonstram que esse órgão de financiamento multilateral consagra a educação como a principal fonte para o desenvolvimento econômico, considerando-a como elemento vital para a redução da pobreza e da diminuição da desigualdade.

Os papéis desempenhados pela educação na sociedade moderna são variados. Primeiro, porque não há dúvida e que a educação é a chave para o desenvolvimento econômico por meio de seu impacto na redução da pobreza e da desigualdade de renda (BID, 2000, p. 11).

Para o BID (2000, p. 23), a educação é determinante no processo econômico e social, pois “(...) reduz a desigualdade, melhora a saúde e inclusive pode ter um impacto em longo prazo para aumentar a possibilidade de obter emprego e reduzir a criminalidade”.

Nesse sentido, os fenômenos sociais, especialmente, o desemprego e a desigualdade social podem ser resolvidos via educação, pois ela seria o eixo

de transformação produtiva que levaria ao desenvolvimento econômico e social do país.

O documento intitulado “Desconectados: habilidades, educação e emprego na América Latina”, (BID, 2012) aborda a questão da transição da escola ao mercado de trabalho, retratando, sobretudo, o modo de pensar a escola considerando as necessidades do mundo de produção da atualidade que se inova constantemente com exigências multifacetadas.

Além disso, BID (2012) esclarece também que as habilidades interpessoais, em particular: a responsabilidade, a comunicação e a criatividade são qualificações que o mercado de trabalho impõe atualmente, entretanto, há uma brecha entre as habilidades que os indivíduos adquirem na escola e àquelas que os bons empregos exigem.

O documento produzido pelo BID (2012) ressalta ainda que quanto maior o nível de escolaridade, mais elevada são as condições no mercado de trabalho, como salários mais altos, maiores índices de emprego e menor participação em empregos informais.

Ademais, BID (2012) adverte, ainda, que o sistema educacional deve ser repensado de modo a responder às demandas do mutável mundo de trabalho, evitando, assim, uma desconexão entre as habilidades demandadas e àquelas com que conta a força de trabalho juvenil.

Complementarmente, o relatório produzido pelo BID (2012) traça parâmetros e diretrizes para o campo educacional voltados às necessidades do capital, que ao considerá-la, torna-se como o grande potencial para garantir a sustentação do modelo capitalista, forçando a aquisição de habilidades com a função de inculcar uma cultura empresarial.

Vejamos algumas orientações do BID para o campo educacional:

Parece uma coisa óbvia afirmar que a aprendizagem dos alunos – em particular a das habilidades e competências que possam ser úteis em sua vida produtiva – deve ser a preocupação central das reformas educacionais na América Latina e Caribe. [...]. O primeiro passo para enfrentar o problema é reconhecer a necessidade da ampliação do âmbito de intervenção da escola. Preparar os jovens para o mundo do século XXI exige que se fique de olhos abertos diante das exigências que eles irão enfrentar em sua vida profissional.

Seus futuros empregadores mudaram as exigências e expectativas que têm em relação a seu desempenho. Desse modo a escola na América Latina terá que se reinventar para acompanhar essas mudanças e permitir que esses jovens possam competir entre si e com seus pares de outras regiões. [...]. Igualmente, é preciso planejar e implementar avaliações de impacto rigorosas que possam levar à identificação de políticas, programas educacionais e práticas pedagógicas que sejam efetivos na formação das habilidades do conhecimento e socioemocionais dos estudantes. A mudança deverá começar em classe e atingir a todos os atores do sistema educacional (BID, 2012, p. 25-27).

Nota-se, portanto, que para o BID há uma desconexão educacional já que as escolas não preparam como deveria para o mercado de trabalho, prova disso é que pelo menos 30% das empresas consideram que a formação recebida na escola secundária não é suficiente para o desempenho das tarefas requeridas em empresas.

Ironicamente ou não, (BID, 2012, p. 15) questiona: “Fábrica de destrezas? O que o sistema educacional agrega ao mercado de trabalho”, nesse aspecto, BID expõe diretrizes educacionais voltadas às demandas do trabalho.

Nesse discurso é possível identificar o esforço de explicitar à exaustão a necessidade de se ter a educação como um investimento que favorece maior produtividade e, por conseguinte, mais lucros.

Essas reflexões apontam que a educação é tratada como uma ferramenta a serviço do mercado de trabalho, propondo, inclusive, uma reforma não só no conteúdo curricular, mas também, nas práticas pedagógicas com esse objetivo.

Além do que, reforça a ideia de competitividade entre os jovens direcionando a educação nos moldes do que Sennett (2006) chama a atenção, que é o individualismo e a ausência de responsabilidade coletiva.

A ideia de educação como fator de desenvolvimento, sobretudo, econômico, também é compartilhada desde a década de 1990 pelo PNUD da ONU a partir de seus relatórios de desenvolvimento humano.

Certo é que existe ligação entre educação e economia, proposta aos quais encontramos nos documentos patrocinados por agências internacionais, como vimos acima.

Os discursos expressos por essas agências tendem, na maioria das vezes, manifestar as principais ideologias neoliberais, onde o conhecimento a ser produzido é utilizado para fins de competitividade e não necessariamente para o aprimoramento da cidadania e capacidade reflexiva.

Sendo assim, as novas relações de trabalho exigem uma educação que permita produzir um trabalhador com vistas ao perfil de competências, dinâmico, versátil, inovador permanente, sistemático e acelerado na aquisição de conhecimentos.

Trata-se, portanto, de um bem ao qual se agrega valor e permite desenvolver todas as capacidades humanas para que o homem possa atuar nas mais diversas tarefas que a empresa exigir. Para tanto, é mister educar-se obstinada e permanentemente.

Desse modo, da educação tem se exigido seguir no ritmo ordenado pelo cada vez mais concorrido mercado de trabalho que busca constantemente por recursos humanos cada vez mais qualificados, flexíveis e polivalentes.

Entretanto, vale ressaltar que uma educação para a economia competitiva é voltada apenas para a produtividade e não na geração de postos de trabalho. Nesse processo débil, apenas e tão somente, os mais “bem-educados” terão chance (ou alguma) no mercado globalizado.

Nota-se, portanto, uma visão instrumental da educação relacionada ao desenvolvimento produtivo, tendo como fulcro o conceito de habilidades que é concebida como grande potenciadora de renda.

Por conseguinte, o trabalhador é condicionado a desenvolver competências exigidas pelo mercado de trabalho, fortalecendo, ainda mais, o vínculo entre educação e o processo produtivo, de maneira a estabelecer o mercado como regulador das relações sociais.

Nesse contexto, Letelier (1999) afirma que na busca incessante de atender às exigências do mercado de trabalho, a educação estabelece seu ideário de reformas, em estreita relação com a ideia global de competitividade,

de forma a abranger uma formação ampla em detrimento de formações específicas.

Diante disso, a educação vem galgando na sociedade brasileira grande importância social, atingindo diferentes segmentos e colocando-se, paulatinamente, como a questão central do país.

Do mesmo modo, a temática “educação e trabalho” vêm tomando uma grande dimensão no debate educacional atual, uma vez que é necessário saber qual papel a educação vai assumir a partir das novas formas de organização do trabalho.

Parece-nos que a palavra de ordem do momento é educar para a empregabilidade, mas esse tipo de educação favorece a formação de um cidadão que compreende as relações sociais e as contradições apresentadas pela experiência e, sobretudo, a intervir na própria realidade e ainda uma formação para o trabalho?

Essa resposta evidentemente já nos está dada na própria declaração da Conferência de Jomtien, realizada na Tailândia e organizada por PNUD, UNESCO, UNICEF e Banco Mundial a partir do documento: “Educação: um tesouro a descobrir: relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI” (DELORS et al., 1999).

O referido documento propõe uma nova concepção de educação que está estreitamente vinculada à questão da formação profissional, de modo geral, direciona a educação para quatro tipos fundamentais de aprendizagem: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e, finalmente, aprender a ser.

Aqui cabe ressalva para a aprendizagem intitulada “aprender a fazer”, que consiste na aquisição de capacidades diversas, fins de ordem econômica. Um saber que está coadunado à questão da formação técnico profissional do educando.

De forma mais abrangente, tem por finalidade aplicar na prática os conhecimentos teóricos, à vista disso, a chamada “educação profissional” paulatinamente será cada vez mais uma ferramenta estratégica.

[...] as aprendizagens devem evoluir e não podem mais ser consideradas como simples transmissão de práticas mais ou menos rotineiras, embora estas continuem a ter um valor formativo que não é de desprezar (DELORS, 1999, p. 93).

Na declaração final da Conferência de Jomtien foi elaborado a “Declaração Mundial de Educação para Todos” (PNUD, UNESCO, UNICEF e BANCO MUNDIAL, 1990).

Os discursos desse documento reafirmam a necessidade de um ensino com formação inclinada ao mercado de trabalho, haja vista que “(...) a educação pode contribuir para conquistar um mundo mais seguro, mais sadio, mais próspero (...), ao mesmo tempo, favoreça o progresso social, econômico e cultural”.

Isso implica que uma educação “para todos” na prática é excludente, o que interessa ao capital é o resultado mercadológico desse processo que propicia acumulação ao capitalista.

Essas reflexões indicam, portanto, que a educação sendo discutida no plano global, evidencia uma tentativa de difundir padrões universalizados de instrução, ao qual busca, sobretudo, internacionalizar políticas educacionais.

Do mesmo modo, as políticas educacionais brasileiras devem expressar claramente as diretrizes de instituições internacionais (como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), por exemplo) que guardam em seu bojo interesses do capital transnacional.

Trata-se de políticas que devem atender demandas de competitividade presentes na sociedade globalizada, no sentido de alinhar a economia e a educação em prol dos objetivos da produtividade, bem como construir uma educação que atenda o modelo global de escola que atenda as demandas internacionais.

Isso pode ser constatado no “Plano Decenal de Educação para Todos” que orientou a educação brasileira entre os anos de 1993 e 2003:

O Brasil participou, em março de 1990, da Conferência de Educação para Todos, em Jomtien, na Tailândia, convocada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), O Programa das Nações Unidas

para o Desenvolvimento (PNUD) e o Banco Mundial. Desta Conferência resultaram posições consensuais de luta pela satisfação das necessidades básicas de aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos e o compromisso de elaboração do Plano Decenal de Educação para Todos, sobretudo de 9 (nove) países que apresentam baixa produtividade do sistema educacional. Integrando este Grupo, o Brasil através do Ministério da Educação e do Desporto elaborou o Plano Decenal de Educação para Todos, que está sendo objeto de discussão em todo o País (BRASIL, 1993, p. 3).

De modo geral, o Plano Decenal de 1993 – 2003 se compromete com uma educação nacional para todos. Os objetivos desse documento são destinados a cumprir as resoluções e os compromissos estabelecidos na Conferência Jomtien.

Além disso, alguns elementos são considerados indispensáveis, principalmente: “a profissionalização do magistério, a qualidade do ensino fundamental, a autonomia da escola, a equidade na aplicação dos recursos e o engajamento dos segmentos sociais mais representativos na promoção, avaliação e divulgação dos esforços de universalização e melhoria da qualidade da educação fundamental” (BRASIL, 1993, p. 3-4).

Em outro documento nacional brasileiro denominado “Educação para todos: avaliação da década”, (BRASIL, 2000), realizou-se um balanço da década do plano decenal, citado a pouco, onde o então Ministro de Educação, Paulo Renato Souza, afirma que os desafios lançados na Conferência de Jomtien, em 1990, ocupou a atenção do Brasil na área da educação:

Em 1994, foi realizada a Conferência Nacional de Educação para Todos que definiu as metas incorporadas ao Plano Decenal de Educação para Todos. Quando assumimos o governo, em 1995, deixamos muito claro que o nosso compromisso era implementar aquelas metas definidas a partir da Conferência de Jomtien (BRASIL, 2000).

O Ministro acentuou também que entre os principais resultados obtidos está à participação do setor empresarial na educação. Ora, qual seria o motivo do envolvimento das empresas com a educação?

De um lado, Brasil (2000, p. 190) responde que a participação das empresas na educação, trata-se de engajamento político, “(...) buscando garantir a continuidade de programas de verdadeiro cunho social, independentemente de governos”.

Complementarmente, assinala também que “(...) a cidadania cresceu no mundo inteiro como decorrência da necessidade de educação. A criação de valor não vem mais da indústria, vem do conhecimento, o que exige pessoas mais preparadas e que cobram mais” (BRASIL, 2000, p. 190).

De outro lado, pode-se intuir que a intervenção de empresas na educação seria uma tentativa, um movimento, uma estratégia para a superação da crise do capitalismo e, por isso, o investimento na educação poderia significar aperfeiçoamento da mercadoria para favorecer e potencializar a acumulação do capitalista.

Entre outros assuntos abordados no documento que avalia a educação brasileira (BRASIL, 2000), argumenta-se ainda que o “Plano Decenal de Educação para Todos” favoreceu pensar novos modos (conteúdo e forma) de estruturar as políticas educacionais, bem como faz um balanço da implantação dos compromissos de Jomtien.

Por se tratar de documento elaborado no início do século XXI e por considerar que já se passaram aproximadamente quatorze anos desde então, pode dar ideia de que nosso contexto atual está distante dos objetivos ali expressos à época, já que o mesmo realiza um balanço da educação da década de 1990.

Entretanto, é preciso dizer que o documento traz uma perspectiva do governo para mais dez anos de educação, ou seja, traça uma tendência para a educação brasileira até 2010.

Como era de prever, as perspectivas ainda possuem fulcro nos compromissos estabelecidos na Conferência de Jomtien, deixa claro que “(...) há um espaço enorme de parceria entre a iniciativa privada, o governo e a sociedade organizada” (BRASIL, 2000, p. 136).

Ademais, afirma explicitamente, que o ensino médio é voltado para “a aquisição de competências gerais ligadas à polivalência, flexibilidade,

capacidade de raciocínio e convivência solidária (...), mas agora coincidem e se aproximam cada vez mais das demandas do mercado de trabalho” (BRASIL, 2000, p. 138-139).

Sendo assim, uma política pautada nesse princípio, fornece uma educação específica, trabalhando em questões pontuais, adaptando-os às mudanças técnicas, gerenciais e organizacionais, conforme a necessidade do negócio.

Essa tentativa atrai o trabalhador a participar em programas educacionais que atendem concomitantemente a formação de mão de obra, bem como as demandas do mercado de trabalho.

Dessa maneira, portanto, é questionável se as políticas educacionais voltadas para a inserção da juventude no mercado de trabalho podem de fato estimular a constituição de um ambiente que permita multiplicar o potencial do indivíduo, enquanto agentes da transformação.

Mais atualmente, o Projeto de Lei nº 8.035/2010 foi aprovado pelo Congresso Nacional quase dois anos depois, em outubro de 2012, após receber cerca de três mil emendas. O Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece diretrizes, metas e estratégias da Educação para o decênio 2011 – 2020.

Entre as diretrizes estabelecidas, nota-se a ênfase na formação para o trabalho, bem como a promoção humanística, científico e tecnológico do País. Entre as metas e estratégias pontuadas, observa-se o estímulo para a educação profissional técnica de nível médio e do ensino médio regular, onde o aprendizado deve ser guiado às competências da atividade profissional.

Além disso, outra meta do PNE é voltada para fomentação de estudos e pesquisas que analisam a articulação entre formação, currículo e mundo do trabalho, tendo em vista às necessidades econômicas, sociais e culturais do país (BRASIL, 2011).

Desse modo, é possível observar que as diretrizes e metas empreendidas para a educação brasileira até o ano de 2020 possui vínculo estreito com o contexto de mutações do mundo de trabalho.

Apesar de o PNE demonstrar a necessidade de uma formação científica e tecnológica, parece-nos que esses requisitos canalizam a formação de trabalhadores com elevado nível de abstração ao ponto de atender as demandas da reestruturação produtiva, já que há uma preocupação com as necessidades de desenvolvimento econômico do país.

Uma vez mais, a educação é chamada a cena como uma estratégia para atender a qualidade, a competitividade e a produtividade, tornando-se um instrumento que deve corroborar com o contexto e a fomentação do capitalismo.

Trata-se, portanto, de uma educação que se coaduna com os princípios de uma instrução adequada às demandas da reestruturação produtiva e orientado pela lógica da formação para o mercado de trabalho.

Vale ressaltar que de fato a educação tem forte impacto na economia, como vimos, mas reduzi-la apenas a competitividade produtiva é um equívoco, desse modo, é preciso se atentar para a degradação conceitual da educação em nossa sociedade.

Uma vez mais, é necessário lembrar que mudanças no contexto do mundo do trabalho e na educação deveriam ser atreladas não apenas a mais-valia relativa, mas também a questão da cidadania e do sujeito crítico.

Considerando as análises apresentadas, nota-se, portanto, que as orientações das políticas públicas educacionais voltadas ao mercado de trabalho são subsidiadas por organismos multilaterais, como o BID e Banco Mundial.

De outra parte, as políticas educacionais no Brasil são pautadas pela lógica do mercado, influenciadas por reformadores empresariais, que concebem a educação como instrumento de produção que ao ser tratada como tal, torna-se uma mercadoria.

Como consequência, são indivíduos se colocando por si sós no mercado, já que esses possuem o valor de uso definida pela venda de sua força de trabalho, ou sua própria mercadoria.

Desse modo, a ideologia implícita nesse campo é que o fracasso ou o sucesso é única e exclusiva responsabilidade do indivíduo, são donos de seu

próprio destino e mercadoria em potencial, logo, tem-se a educação enquanto mercadoria e os indivíduos como mercadores.

A subordinação da educação às demandas do mercado foi proposta e absorvida por esse setor, já que a qualificação da força de trabalho é relevante para a produtividade.

Entretanto, cabe ressaltar que o sucesso ou não, empregado ou não, são respostas que devem ser buscadas no modelo econômico proposto e não nos indivíduos. Mas o contrário é completamente aceito, tendo em vista a naturalização das coisas e do social, como analisado por Marx (1996).

Logo, ao utilizar do recurso de naturalização, a desigualdade entre os indivíduos não é negada, entretanto, é contestada que possui qualquer vínculo com o contexto histórico-econômico e remete-se a desigualdade entre os segmentos sociais às causas naturais.

O Novo Capitalismo e a Educação: Fantasmas da Inutilidade

Saviani (2002, p. 20) ressalta que a educação passou a ser considerada desejável não apenas por razões sociais ou culturais, mas especificamente por motivos econômicos que “(...) passou, pois, a ser concebida como dotada de um valor econômico próprio e considerada um bem de produção (capital) e não apenas consumo”.

Portanto, com o fim de lançar luz sobre de que modo e em que medida o sistema educacional constitui um fator determinante para economia, torna-se necessário uma aprendizagem pautada nas habilidades e competências úteis à vida produtiva.

Trata-se de conhecimentos suficientes, relevantes e valorizados para um melhor desempenho no mundo do trabalho global. Um esforço de erradicar qualquer tentativa de desajuste entre a oferta e a demanda de habilidades frente ao sistema produtivo.

Entretanto, a formação escolar para o mercado de trabalho efetivamente não ocorre. Sem entrar nas questões espinhosas relativas à

qualidade do ensino e ao atraso escolar, Rocha (2008) afirma que esse não é um problema eminentemente brasileiro.

Nota-se “(...) dificuldade de expansão da demanda de mão de obra ao ritmo adequado para absorver os que ingressam no mercado de trabalho, o que resulta em taxas de desocupação elevadas, particularmente para os mais jovens” (ROCHA, 2008, p. 533).

A autora ressalta ainda que na busca desenfreada pela inserção no mercado de trabalho, os jovens são os mais afetados, uma vez que já estão em situação de desvantagens pelas características específicas, bem como pela falta de experiência profissional.

Nesse contexto, segundo Sanchis (1997), o processo de especialização da mão de obra crescente no âmbito da globalização, leva à divisão do trabalho, provocando efeitos importantes sobre a estrutura do emprego e do desemprego:

Enquanto numa economia de subsistência a transferência de força de trabalho de uma atividade a outra é quase automática, numa economia especializada o ajuste não é tão rápido. Em consequência, é fácil ver por que, à medida que o desenvolvimento econômico segue seu curso, o desemprego vai-se convertendo numa questão cada vez mais importante [...] (SANCHIS, 1997, p. 60).

Esse panorama de transformações que vivemos atualmente, segundo Sennett (2006), consolida a ideologia chamada de “a cultura do novo capitalismo”.

De acordo com o autor, o novo capitalismo deve ser pensado como um modelo cultural, de tal forma, que o homem que faz parte desse novo modelo, enriquece pensando em termos de curto prazo, desenvolvendo seu próprio potencial e desapegando a tudo.

Desse modo, os discursos contidos nessa ideologia versam sobre o trabalho e suas formas que estão embutidas na “sociedade da capacitação”, afetando diretamente os comportamentos e influenciando políticas.

O novo capitalismo pauta-se, de modo geral, no trabalho, no talento e no consumo, essas temáticas são apresentadas por Sennett (2006) como uma espécie de variáveis para a compreensão dessa nova cultura.

Nesse contexto, a relação entre educação e formação é chamada por Sennett (2006) de talento e o fantasma da inutilidade. O autor revela que a Grande Depressão da década de 1930 levou homens à espera de um emprego em frente aos portões da fábrica, essa imagem é a prova viva do fantasma da inutilidade, que não se dissipou, apenas mudou o contexto.

A partir disso, surge, então, o ideal de que uma educação e uma capacitação especial seriam capazes de manter os jovens sempre empregados. Essa mentalidade ainda está presente na sociedade das capacitações, mas sob outro contexto: atender mão de obra especializada mais barata a partir de capacitações de natureza diversas (SENNETT, 2006).

Entretanto, Sennett (2006, p. 83) afirma que as conquistas inegáveis da sociedade moderna quanto à educação, entre elas a ascensão da classe média, “(...) continua deixando a maioria para trás, o que é pior, o sistema educacional gera grande quantidade de jovens formados, mas impossíveis de empregar (...)”.

Isso implica que na sociedade das capacitações, talvez seja necessário de uma quantidade pequena de educados talentosos para ocupar setores de ponta, permitindo assim, que a máquina econômica funcione apenas com uma pequena elite.

Ainda sobre a inutilidade, Sennett (2006, p. 85) apresenta três fantasmas que a rondam: O primeiro está relacionado à oferta global de mão de obra, ou seja, consiste na busca por trabalhadores superqualificados, mas que não exigem salários correspondentes ao nível, pois “(...) o mercado de trabalho também busca talentos baratos”.

Nesse caso, o fantasma está no medo que estrangeiros ocupem postos de trabalho, por se apresentarem mais bem capacitados, constituindo um atrativo especial para os empregadores, forçando com que as pessoas incrementem seu capital humano para competir.

O segundo fantasma da inutilidade é o medo antigo que os seres humanos têm de serem substituídos por máquinas. Vale ressaltar que em todo percurso industrial da história, essa ameaça se repetiu e resiste até os dias de hoje.

Esses dois fantasmas afetam parte da mão de obra, mas não toda, uma área muito mais abrangente da inutilidade é o envelhecimento. “Todo mundo envelhece, e, debilitados, todos nos tornamos em algum momento inúteis, no sentido de improdutivo” (SENNETT, 2006, p. 90).

O critério “idade” é medida por duas orientações, a primeira está relacionada ao preconceito, pois há o estigma de que ao envelhecer, as pessoas tendem ser acomodadas, lentas e com pouca energia, o que é um paradoxo, pois “a moderna medicina permite-nos viver e trabalhar por mais tempo que no passado” (SENNETT, 2006, p. 91).

Outro critério abordado por Sennett (2006) é que a idade afeta o talento e a capacitação, esse por último não é um bem durável, ou seja, é economicamente mais viável treinar um jovem a um senhor de meia idade, pois além de ter o piso salarial maior que um jovem, eles tendem ser mais críticos de modo a julgar o valor da capacitação de acordo com a própria experiência de vida.

Diante dos fantasmas da inutilidade presente no capitalismo contemporâneo, como, então, tornar-se importante e útil aos olhos dos outros? Ao que o Sennet (2006) nos responde:

A maneira clássica é a perícia, desenvolvendo algum talento especial, alguma capacidade específica. A ética da perícia vem a ser desafiada, na cultura moderna, pela fórmula alternativa do valor. [...] com o passar do tempo, a sociedade depurou a tecnologia da busca do talento original. Ao prospectar mais o crescimento potencial que as realizações passadas, a busca do talento adapta-se perfeitamente às condições peculiares das organizações flexíveis (SENNETT, 2006, p. 119-120).

Desse modo, o autor revela que a perícia é um valor que de fato vai ao encontro à cultura do novo capitalismo, pois “(...) desafia a individualidade idealizada pressuposta pelas novas instituições do trabalho, da educação e da política” (SENNETT, 2006, p. 178).

Trata-se de uma individualidade propensa à mudança, capaz de crescimento, aberto a experiência e cheia de potencialidades, nesse aspecto, a competição não é estranha da individualidade, ao contrário, é intolerante ao que é incompetente.

Considerações Finais

Ao longo deste artigo identificamos que as instituições internacionais, como a CEPAL, ONU, BID e outras, trabalham a questão da educação e do conhecimento como parceiros que condicionam o desenvolvimento econômico, portanto, qualquer deficiência nessa área pode comprometer avanços econômicos.

A análise dos documentos internacionais sugeriu que há um desajuste entre as habilidades que se oferecem nas escolas e as que os mercados de trabalho exigem dos jovens.

A minimização dessas deficiências deveria ser suprida realizando reformas no sistema de educação por meio de políticas educacionais urgentes que facilitem a transição do jovem ao mercado de trabalho.

De outra parte, as análises realizadas nos documentos nacionais brasileiros expressam claramente as inter-relações do sistema educativo e do sistema produtivo, no sentido de alinhar a economia e a educação em prol dos objetivos da produtividade.

Essa reflexão aponta que as políticas educacionais brasileiras devem expressar as diretrizes dessas instituições internacionais de modo a atender demandas de competitividade presentes na sociedade globalizada.

A similitude dos padrões internacionais observados nos documentos nacionais revela influências que estabelecem balizas na educação brasileira, essa tentativa realinha a educação nos moldes da cultura do novo capitalismo.

A partir disso, o processo educativo, concebido nos seus diversos níveis, constitui campo estratégico, uma vez que permite alinhar a sociedade

às exigências econômicas, tentativa que treina o cidadão para a empregabilidade, preparando-o para executar tarefas instrumentais.

De acordo com Lingard (2004), a política educacional tornou-se um elemento da política econômica, tendo em vista que a educação é considerada como ferramenta central para a produção da prosperidade econômica e da igualdade de oportunidades dentro da nação.

O desafio para a educação brasileira, certamente não está apenas em construir um sistema educacional sólido e mais integrado com o sistema produtivo, mas sim em associar educação, âmbito produtivo e a consciência crítica do cidadão.

Para empreender essa luta, talvez uma solução seria optar por uma reflexão pautada na teoria, pois esta permite compreender as relações sociais por meio da práxis humana.

Nesse sentido, é necessária uma nova ação educativa que permita renovar o próprio sistema educativo orientado para o pensamento crítico, tratando-se de inovar os conteúdos e a organização escolar de modo que se faça uma vinculação estreita entre escola e trabalho, teoria e prática.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *O que é o Plano Decenal de Educação para todos*. Brasília: MEC/SEF, 1993.

_____. *Educação para todos: avaliação da década*. Brasília: MEC/INEP, 2000. Disponível em: <http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/%7BDEBC5505-6B0E-4AF1-BCAE-0D384B6AB419%7D_avaliacao_127.pdf> Acesso em: 13 setembro 2013.

_____. *Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020*. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=16478&Itemid=1107> Acesso em: 13 setembro 2013.

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento. *Desconectados: Habilidades, educação e emprego na América Latina*. 2012. Disponível em: <[http://www.iadb.org/en/publications/publication-](http://www.iadb.org/en/publications/publication-detail,7101.html?id=64306%20&dcLanguage=pt&dcType=All#.UktvvtKsiSo)

[detail,7101.html?id=64306%20&dcLanguage=pt&dcType=All#.UktvvtKsiSo](http://www.iadb.org/en/publications/publication-detail,7101.html?id=64306%20&dcLanguage=pt&dcType=All#.UktvvtKsiSo)>

Acesso em: 20 setembro 2013.

_____. *Reforma de la educación primaria y secundaria en América Latina y em Caribe*. Washington, D.C. n.ref. EDU-113, jun. 2000, 69p. Disponível em: <<http://www.iadb.org/intal/intalcdi/PE/2010/07127a.pdf>>. Acesso em: 24 outubro 2013.

CEPAL, Transformación productiva con equidad. La tarea prioritaria del desarrollo de América Latina y el Caribe en los años noventa (LC/G.1601-P), Santiago de Chile, *Publicación de las Naciones Unidas*, Nº de venta: S.90.II.G.6, marzo de 1990.

DELORS, Jacques. Os Quatro Pilares da Educação. In:_____. *Educação: Um Tesouro a Descobrir*. São Paulo: Cortez, 1999. p. 89-102.

LETELIER G., Maria Eugenia. Escolaridade e inserção no mercado de trabalho. *Cad. Pesquisa*. 1999, n.107, p. 133-148.

LINGARD, BOB. É e não é. Globalização Vernacular, Política e reestruturação Educacional. In: BURBULES, Nicholas C.; TORRES, Carlos Alberto. *Globalização e Educação: Perspectivas críticas*. Trad. Ronaldo Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2004, p. 59-73.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. E.D.A. *Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MARX, KARL. *O Capital*. São Paulo. Editora Nova Cultural, 1996.

MOREIRA, João Carlos; SENE, Eustáquio de. *Geografia*. São Paulo: Scipione, 2009.

PNUD; UNESCO; UNICEF; BANCO MUNDIAL. *Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Conferência de Jomtien – 1990*. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10230.htm> Acesso em: 01 outubro 2013.

RAMPAZZO, Lino. *Metodologia científica: para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

- REIS, LINDA G. *Produção de monografia: da teoria à prática*. 2.ed. Brasília: Senac – DF, 2008.
- ROCHA, Sônia. A inserção do jovem no mercado de trabalho. *Caderno CRH*, Salvador, v.21, n.54, set/dez. 2008. p. 533-550.
- SANCHIS, Enric. *Da Escola ao Desemprego*. Rio de Janeiro: Agir, 1997.
- SAVIANI, Demerval. Transformações do Capitalismo, do mundo do trabalho e da educação. Capitalismo, trabalho e educação In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Demerval; SANFELICE, José Luís. *Capitalismo, Trabalho e Educação*. Edição: 1ª. Autores associados. 2002.
- SENNETT, Richard. *A Cultura do Novo Capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- SILVA, Alexandre Messa. Economia da inovação tecnológica. *Rev. Econ. Polit.* v.27, n.4, p. 686-687. 2007.

Submetido em 09 de janeiro de 2014, aprovado em 30-06-2015